

## **Diálogo de Organizações da Sociedade Civil**

O papel dos comités comunitários na promoção da resiliência em meios de subsistência e de coesão social em Cabo Delgado

Presencialmente no Pemba Express Hotel

No dia 17 de Maio de 2023, a Plataforma Multi-Stakeholder da região Norte (MSP), em parceria com a Fundação Azul e Fundação Aga Khan, coorganizou um Diálogo de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), evento que contou com 24 participantes presenciais a fim de analisar como os comités comunitários podem melhorar a resiliência, promover a construção da paz e maximizar a resposta a emergências em comunidades vulneráveis bem como possíveis caminhos para melhor coordenar esforços entre e partilhar recursos em diferentes áreas de intervenção.

O Diálogo foi realizado em formato de mesa-redonda, cingindo-se a organizações directamente ligadas as áreas temáticas de debate tendo em vista promover a partilha de experiência e colaboração entre OSCs e representantes de Comitês Comunitários com abordagens distintas, nomeadamente: Comitês de Paz e Coesão Social e Comitês de Desenvolvimento de Aldeias.

A reunião tinha como objetivos específicos:

- Compreender de que forma os comités comunitários podem promover a resiliência socioeconómica de comunidades vulneráveis, coesão social e os esforços de reconstrução;
- Partilha de experiências sobre que sinergias são necessárias entre as OSCs para garantir complementaridade, maximização do impacto e evitar a duplicação de esforços e recursos;
- Identificar os desafios enfrentados pelas OSCs que implementaram intervenções em áreas similares e possíveis soluções.

## Principais aspectos colhidos das mesas redondas de discussão

### Principais desafios enfrentados pelos comitês comunitários

- **Formalização:** A ausência e/ou dificuldade na formalização desses comitês restringem suas atividades, especialmente em projetos implementados em parceria com entidades internacionais, afetando a sustentabilidade financeira. Uma parte do problema está relacionada ao atraso por parte das autoridades governamentais locais em responder aos pedidos dos comitês para esse e outros propósitos.
- **Governança:** Baixo nível de rotatividade da liderança dentro dos comitês evidenciado pela permanência de certos líderes no mesmo cargo por períodos superiores a 5 anos. Esse fato é agravado pela tentativa de politização dos comitês e pela observada dificuldade dos líderes em adotar uma mentalidade diferente.
- **Afiliação:** Os comitês apresentam uma falta de integração de indivíduos com um papel ativo, bem como baixos níveis de inclusão de gênero. Por exemplo, um dos comitês possui uma proporção de apenas 3 mulheres para cada 40 membros nos comitês aos quais elas prestam assistência.
- **Sustentabilidade:** Existe uma falta de clareza em relação à instituição responsável por receber e gerir os fundos públicos direcionados para apoiar o funcionamento dos comitês. Além disso, há uma dependência excessiva de projetos ativos para garantir a sustentabilidade financeira, o que resulta no encerramento de vários comitês ao término desses projetos. A competitividade e a falta de coordenação entre os comitês comunitários representam outro problema para a sustentabilidade destes uma vez que prejudica a eficiência e eficácia ações realizadas devido a distribuição desigual de recursos e a uma duplicação de esforços bem como uma abordagem fragmentada e desarticulada.

### Potenciais soluções

#### I. Formalização

- A criação de parcerias com o governo distrital e a formação de associações para formalização dos comitês permitirá aumentar a legitimidade institucional desses comitês.
- É necessário aumentar a colaboração entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e o governo, estabelecendo pontos focais governamentais para facilitar a interação com os comitês, mantendo-os atualizados sobre os planos de trabalho dos comitês e maximizando as sinergias entre a comunidade, o governo e a sociedade civil.
- Os governos locais devem aprimorar os mecanismos de coordenação entre os Conselhos Locais e as Autoridades Comunitárias, a fim de garantir que as questões relacionadas ao desenvolvimento local sejam priorizadas nas ações das lideranças comunitárias.

#### II. Governança:

- É essencial promover debates e treinamentos voltados para a governança inclusiva, com o objetivo de capacitar os envolvidos e promover uma compreensão mais aprofundada das práticas e princípios de governança inclusiva.

- A criação de conselhos consultivos e comitês representativos é uma medida importante para garantir a participação e representação de diversas partes interessadas nos processos de tomada de decisão. Esses órgãos devem ser constituídos de forma a refletir a diversidade da comunidade e promover a inclusão de diferentes grupos e perspectivas.
- É necessário também tomar medidas para garantir que os pontos focais designados para facilitar a interação com os comitês sejam devidamente apoiados. Isso inclui a provisão de per diems, quando necessário, como forma de incentivo e reconhecimento pelo trabalho desempenhado.

### **III. Afiliação:**

- É necessário melhorar os critérios de seleção na constituição dos comitês, buscando uma maior inclusão e representatividade. Os comitês devem se tornar espaços de exercício da democracia e expressão das liberdades, permitindo a participação ativa e igualitária de diversos grupos e indivíduos.
- É importante que os comitês sejam representativos, com um enfoque especial na participação das mulheres. Isso significa garantir que as mulheres tenham voz e poder de decisão dentro desses comitês, promovendo a igualdade de gênero e a perspectiva feminina nas discussões e tomadas de decisão.
- A promoção de eventos e palestras pode ser uma estratégia eficaz para aumentar o nível de entendimento sobre os benefícios dos comitês para as comunidades. Essas iniciativas podem engajar os membros da comunidade a fazer parte dos comitês, fortalecer os laços sociais e promover a compreensão mútua, contribuindo para um ambiente mais harmonioso e colaborativo.

### **IV. Sustentabilidade:**

- Para alcançar a autonomia financeira dos comitês, é necessário proporcionar acesso a recursos comuns que permitam a geração de renda coletiva. Isso pode incluir o auxílio na criação de planos de negócio para os comitês, visando a sustentabilidade financeira de suas atividades.
- É recomendado criar fundos comunitários que beneficiem todos os membros da comunidade. Esses fundos devem ser geridos por uma estrutura adequada e podem estimular o envolvimento da comunidade em diversas atividades econômicas, como exploração florestal, exploração mineira, agropecuária, empréstimos, entre outros.
- É fundamental aumentar o nível de apropriação da comunidade em relação às infraestruturas econômicas e sociais. Isso implica em engajar ativamente os membros da comunidade no geral e dos comitês em particular no planejamento, construção e manutenção dessas infraestruturas, promovendo a participação e o sentimento de responsabilidade coletiva.
- É importante evitar a duplicação de esforços através de uma multiplicação excessiva de comitês. Isso pode ser alcançado por meio de uma coordenação eficiente e uma análise criteriosa da necessidade e relevância de cada comitê, garantindo a otimização dos recursos disponíveis. A potencialização da FOCADÉ (Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Delgado) pode ser uma estratégia eficaz para coordenar clusters de comitês. A FOCADÉ pode um papel de liderança na coordenação, facilitando

a troca de experiências, o compartilhamento de recursos e a colaboração entre os comitês, visando um desenvolvimento mais harmonizado e sinérgico.

## **Impacto da implantação de comitês nas Comunidades**

### Comitês de Paz e Coesão Social

- Redução de conflitos pelo acesso a serviços básicos nos centros de reassentamento: Com a atuação dos comitês na promoção da paz e coesão social, permitindo o acesso ao deslocados aos serviços básicos disponíveis na comunidade sem alienar os membros nativos foi possível reduzir os conflitos decorrentes da escassez ou da falta de distribuição equitativa desses recursos, promovendo uma convivência harmoniosa e melhor qualidade de vida.
- Maior adesão a eventos e atividades comunitárias promovidas pelos comitês: Com a implementação de eventos e atividades comunitárias organizadas pelos comitês, houve um aumento na participação e engajamento da comunidade, fortalecendo os laços sociais, promovendo a coesão comunitária e estimulando o envolvimento ativo dos membros em questões de interesse coletivo.
- Redução acentuada de casos de vandalismo durante a distribuição de alimentos nos centros: Com a coordenação e envolvimento dos comitês nos processos internos da comunidade, incluindo na distribuição de alimentos nos centros, permitiu estabelecer uma gestão de maior confiança de ambos os nativos e os deslocados membros da comunidade.
- Redução de uniões prematuras: As atividades promovidas pelos comitês, como debates sobre direitos das mulheres e educação, tem contribuído para a conscientização e a redução de uniões prematuras, permitindo que as raparigas tenham a oportunidade de continuar seus estudos e desenvolver-se plenamente antes de assumir responsabilidades conjugais. Isto contribuiu para uma maior integração de raparigas nas escolas e redução de gravidezes precoces.
- Legitimação dos comitês como organismo de consulta nas comunidades: Através da participação e representação efetiva dos comitês, bem como pela liderança demonstrada em momentos de dificuldade, esses órgãos foram legitimados como organismos de consulta nas comunidades, permitindo que as vozes e necessidades da comunidade sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam seu desenvolvimento e bem-estar.

### Comitês de Desenvolvimento de Aldeias

- Participação ativa da comunidade na tomada de decisão sobre ações com impacto direto em suas vidas, como a construção de uma maternidade. Isso permite que a comunidade tenha voz e influência na definição das prioridades e na implementação de projetos que atendam às suas necessidades específicas.
- Participação no desenho de projetos de intervenção comunitária, como a construção e limpeza de valas de drenagem. A participação da comunidade no planejamento e execução desses projetos garante que as soluções sejam adaptadas às necessidades locais e promove um senso de responsabilidade coletiva na manutenção e cuidado dessas infraestruturas.

- Dinamização de crédito rotativo em grupos de poupança, proporcionando autossuficiência das famílias e empoderamento econômico. Essa medida permite que as famílias tenham acesso a recursos financeiros para investir em suas atividades produtivas, estimulando o empreendedorismo e a melhoria das condições de vida.
- Empoderamento de jovens e mulheres no desenho de planos de negócio para adesão a financiamento a título de empréstimo. Ao envolver jovens e mulheres no planejamento de seus próprios negócios e oferecer acesso a financiamento, é possível promover a independência financeira e a capacidade empreendedora, fortalecendo a economia local e estimulando o desenvolvimento sustentável.
- Promoção da segurança alimentar por meio do aprovisionamento de insumos agrícolas. Essa medida auxilia as famílias na produção de alimentos, garantindo o suprimento de recursos essenciais para a subsistência e reduzindo a vulnerabilidade à insegurança alimentar.
- Construção de infraestruturas, como vias de acesso, valas de drenagem, salas de aulas e poços de água, com recursos da própria comunidade. Essa abordagem fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade dos membros da comunidade em relação às suas infraestruturas, além de promover o desenvolvimento local e melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos.

#### **Esforços de coordenação necessários entre OSCs**

- Promover a complementaridade nas intervenções de organizações que atuam no mesmo espaço geográfico. Isso envolve a coordenação e colaboração entre os comitês e outras organizações que estão envolvidas no desenvolvimento da região, evitando sobreposições de esforços e maximizando os recursos disponíveis para obter resultados mais efetivos.
- Desenhar instrumentos que catapultem o desenvolvimento da aldeia/comunidade, com base na priorização das áreas. Os comitês devem realizar um diagnóstico das necessidades e potencialidades da comunidade, identificando as áreas prioritárias para intervenção. Em seguida, devem elaborar planos estratégicos e instrumentos de implementação que visem impulsionar o desenvolvimento nessas áreas específicas, alinhados com as demandas e aspirações da comunidade.
- Criar clusters de comitês que possam dinamizar a partilha de experiências de boas práticas e desafios de implementação de ações de desenvolvimento local. Essa abordagem estimula a troca de conhecimentos, a aprendizagem mútua e o fortalecimento coletivo dos comitês, permitindo que eles se apoiem mutuamente e enfrentem desafios comuns. A partilha de boas práticas também incentiva a adoção de abordagens eficazes e a replicação de iniciativas bem-sucedidas.
- Capitalizar grupos existentes que possam facilitar a articulação entre Lideranças Comunitárias e Conselhos Consultivos Locais, visando aumentar a convergência de recursos e esforços, bem como a geração de impacto sem duplicação. Os comitês devem identificar e aproveitar os grupos e estruturas comunitárias já existentes, como associações, sindicatos, organizações religiosas, entre outros, para fortalecer a cooperação e a coordenação entre as diferentes instâncias de governança local. Isso permite a convergência de recursos, a otimização de esforços e a maximização do impacto das ações de desenvolvimento.

## Considerações finais

- É crucial apoiar a resiliência das comunidades locais por meio de comitês não políticos que se dediquem ao desenvolvimento econômico, à promoção da paz e à coesão social. Esses comitês devem ser focados no bem-estar da comunidade, agindo como facilitadores e promotores de iniciativas que fortaleçam a economia local, promovam a paz e a convivência harmoniosa entre os membros da comunidade.
- Para que os comitês comunitários prosperem, é necessário que eles evoluam de grupos informais para associações legalmente reconhecidas, com uma estrutura de governança clara e capacidade para gerir os planos de desenvolvimento e recursos da comunidade. Essa formalização é fundamental para garantir transparência, prestação de contas e a capacidade de acessar recursos externos de forma mais efetiva.
- É essencial salvaguardar o estabelecimento de boas relações entre as entidades governamentais e os representantes dos comitês comunitários. Isso inclui uma comunicação aberta e colaborativa, bem como o reconhecimento do papel e da importância dos comitês como parceiros no processo de desenvolvimento local. A cooperação entre governos e comitês fortalece a capacidade de implementar projetos e políticas de forma eficiente e eficaz.
- A sustentabilidade financeira dos comitês deve ser assegurada desde o início, caso contrário, eles correm o risco de deixar de existir após a conclusão dos projetos. Isso implica a busca de fontes de financiamento diversificadas, a capacitação para a geração de renda própria e a construção de parcerias estratégicas com entidades que possam contribuir para a sustentabilidade financeira dos comitês.
- A participação das mulheres nos comitês comunitários ainda apresenta altos índices de exclusão em termos de representatividade numérica e peso nas decisões e liderança. É fundamental promover a igualdade de gênero e garantir que as mulheres tenham uma participação significativa e igualitária nos comitês, tanto em termos de representação quanto de influência nas tomadas de decisão. Isso requer a implementação de medidas afirmativas, o fortalecimento da capacidade das mulheres e a conscientização sobre a importância da sua participação ativa nos comitês comunitários.
- É fundamental alocar espaços adequados para que pessoas internamente deslocadas possam habitar e realizar atividades produtivas. Essa medida visa garantir condições dignas de moradia e permitir que essas pessoas tenham oportunidades para se sustentarem.

## **Anexo I - Organizações Participantes**

- Fundação Azul
- Fundação Aga Khan
- AVSI
- FOCADE
- Fundação E-35
- Comité de Paz Azul
- Comité de Desenvolvimento de Aldeia 25 de Junho – Metuge
- Comité de Desenvolvimento de Aldeia Nancaramo
- CCA Alto-Gingone
- CCA Josina Machel
- CCA Eduardo Mondlane
- UPC-CD
- OCHA
- CESC
- PROMURA